

Dinheiro

novos só depois do acordo

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto
de Brasília

O Brasil não vai pedir dinheiro novo aos bancos credores até que esteja fechado o acordo para rolagem do principal devido nos próximos dezesseis anos. "Uma vez concluída a negociação, vamos ver a possibilidade de pedir 'new money'", definiu ontem o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Esta atitude, explicou o ministro, faz parte de uma estratégia de negociação. "O País precisa de dinheiro novo", admitiu Dornelles. Mas seria "lirico" incluir um pedido como este neste estágio do acordo.

Ele comparou a situação do Brasil à de uma empresa altamente endividada, obrigada a discutir sua situação com o banco credor. "Não cabe dizer, neste momento, que, além da necessidade de conseguir renovação de empréstimos para cobrir o principal, a empresa precisa de empréstimos adicionais", argumentou Dornelles. Da mesma forma, o Brasil deve deixar esta discussão para um novo "round", e concentrar-se na conclusão, o mais rápido possível, do acordo plurianual.

Outra razão para não discutir dinheiro novo agora é o fato de este acordo plurianual envolver mais de quinhentos bancos, alguns dos quais de menor porte, sem interesse em continuar colocando dinheiro no Brasil, como reconheceu o ministro. "Não vamos ter dinheiro novo de todos estes quinhentos bancos", previu Dornelles, sugerindo implicitamente a hipótese de uma negociação restrita aos maiores bancos.

As colocações de Dornelles foram feitas nos debates que se seguiram ao seminário "Os Caminhos da Retomada", promovido, em Brasília, pela revista Exame, da Editora Abril, no Auditório Petrônio Portella, que reuniu cinco ministros da área econômica e uma platéia de mil empresários em catorze cidades. Com estas explicações, o ministro disse estar esclarecendo um "mal-entendido" sobre a questão

do dinheiro novo. A origem deste mal-entendido, como se sabe, foi a menção, no documento sobre o PND preparado pela Secretaria do Planejamento, da hipótese de se contar com mais US\$ 4 bilhões neste ano, o que apenas manteria constante o valor da dívida externa, em termos reais. O ministro João Sayad, ao lado de Dornelles, concordou com suas colocações e enterrou, publicamente, o

(Continua na página 13)

Finanças

ACERTO EXTERNO

Dinheiro novo só depois do acordo

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

que chamou de "controvérsia".

Em conversa com a imprensa, após o seminário, Dornelles explicou também a estratégia de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil não considera viável fazer um ajustamento brusco, rápido, dos desequilíbrios do setor público. Seria impossível, por exemplo, zerar totalmente o déficit do setor público, até o final deste ano, ou cortar muito a taxa de inflação.

O Fundo, contudo, provavelmente pedirá ajustes mais rápidos. Dornelles admitiu que pode haver "divergências com o Fundo em relação à dosagem do ajuste econômico". Exatamente para tentar manter alguma flexibilidade, o País está insistindo na ideia de um acordo "stand by" de dezoito meses de duração e não de apenas doze meses. A esperança é que, ao prolongar o período do programa de estabilização, o País possa negociar metas mais suaves para o final deste ano.

CONCEITOS

Antes de discutir números, de toda forma, o governo quer discutir conceitos. Pretende-se reabrir a discussão sobre o conceito do déficit público não só pela utilização do conceito do déficit de caixa pelo atual governo como também pelas revisões necessárias no próprio sistema de mensuração usado pelo Fundo até o final do ano passado.

O ministro da Fazenda disse que pretende, da mesma forma, introduzir outra discussão: a de como é possível compatibilizar as exigências do BIRD com as do FMI. O BIRD exige, sempre, para aprovação de qualquer projeto, que o governo local entre com alguma contrapartida de recursos (normalmente dois terços do total). Se não há contrapartida, o BIRD suspende a liberação dos recursos. O FMI, de sua parte, tem exigido uma dura política de aperto monetário, que provocou, de 1979 a 1983, forte contração da base monetária, em termos reais.

As exigências do Fundo têm criado sérios obstáculos para que o Brasil possa atender às exigências do Banco Mundial. Por falta de contrapartida em cruzeiros, alguns programas com o BIRD acabaram suspensos. O Brasil, de seu lado, necessita dos recursos do Banco Mundial para



João Sayad

atender às necessidades de seu balanço de pagamentos.

Dornelles pretende discutir com o Fundo a coerência destas exigências: se o Brasil tentar atender as sugestões de aperto monetário do FMI, acabará gerando problemas com o BIRD e isto pode criar dificuldades no balanço. Como se sabe que o Brasil pretende exatamente conseguir a concordância do Fundo para uma política monetária um pouco menos rígida, este será um argumento importante.

PASSES DE TREM

Até que ponto será possível ao governo ser bem-sucedido em todos estes pontos de acerto de sua economia? Dornelles preferiu responder a esta questão contando uma história do tempo em que Antônio Carlos assumiu a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais. Poucos dias depois de empossado, ele encontrou uma velhinha na ante-sala, perguntou a seu assessor o que ela queria e ouviu a inusitada explicação: "Ela quer falar com o senhor, mas não hoje". A história se repetiu por vários dias, até que o secretário não resistiu e pediu que a velhinha fosse explicá-lhe seu comportamento. "Eu queria uns passes de trem para minha família poder voltar para nossa cidade natal", justificou a velhinha. "Mas a senhora sabe que eu suspendi toda concessão de passes", replicou-lhe o secretário. "Por isso mesmo eu não queria falar com o senhor ainda", disse a velhinha. "Todos os secretários, assim que assumem, suspendem os passes e as nomeações, mas, depois de um tempo, reabrem tudo", argumentou a velhinha. Ganhou os passes. Dornelles disse que, por enquanto, o governo da Nova República continua com seus passes suspensos.